



EDUARDO COLLEN LEITE

FILIAÇÃO: Maria Aparecida Leite e Alberto Collen Leite

DATA E LOCAL DE NASCIMENTO: 28/8/1945, Campo Belo (MG)

ATUAÇÃO PROFISSIONAL: técnico em telefonia

ORGANIZAÇÃO POLÍTICA: Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), Resistência Democrática (Rede) e Ação Libertadora Nacional (ALN)

DATA E LOCAL DE MORTE: 8/12/1970, Guarujá (SP)

BIOGRAFIA

Eduardo Collen Leite nasceu em Minas Gerais e realizou seus estudos em São Paulo (SP), onde veio a se tornar técnico de telefonia. Conhecido pelo codinome de Bacuri, iniciou sua militância política muito jovem e fez parte de várias organizações políticas, sendo a primeira delas a Política Operária (Polop); depois, em 1968, passou a integrar a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), de onde saiu para fundar a Resistência Democrática (Rede). Apenas em 1969 passou a integrar a Ação Libertadora Nacional (ALN), tornando-se um dos dirigentes da organização. Teve importante atuação nas ações de sequestro do cônsul japonês e do embaixador alemão no Brasil. Era casado com Denise Crispim, com quem teve uma filha, Eduarda.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

O caso de Eduardo Collen Leite foi o primeiro a ser analisado pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) devido à vasta documentação que comprova as torturas sofridas pelo militante ao longo de mais de três meses, assim como sua execução. O processo, que teve como relatora Suzana Keniger Lisbôa, foi aprovado por unanimidade em 18 de janeiro de 1996. Seu nome consta no *Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)*, organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos.

Em homenagem a Bacuri, uma rua de Belo Horizonte, no bairro das Indústrias, foi batizada com seu nome. Em São Paulo (SP), um posto de saúde na avenida Sumaré também recebeu o seu nome. No dia 1º de abril de 1990, Bacuri foi homenageado pelo Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro com a medalha Chico Mendes de Resistência.

CIRCUNSTÂNCIAS DE MORTE

Eduardo Collen Leite foi preso pelos agentes do delegado Sérgio Fernando Paranhos Fleury em 21 de agosto de 1970 na cidade do Rio de Janeiro, quando chegava em casa. Foi levado a um centro clandestino de tortura, em São Conrado, ligado ao Centro de Informações da Marinha (Cenimar), onde foi visto por Ottoni Guimarães Fernandes Júnior, também preso na casa. Ottoni chegou a afirmar, em denúncia feita à Justiça Militar e em depoimento à 1ª audiência pública da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”, que os agentes da repressão já haviam declarado que Bacuri seria morto após as torturas. Na casa de São Conrado, ainda no início do período de torturas ao qual foi submetido, ele já apresentava dificuldades para se locomover sozinho.

Posteriormente, Bacuri foi levado ao Cenimar/RJ e ao DOI-CODI do I Exército do Rio de Janeiro, onde foi visto por Cecília Coimbra que declarou, em 2 de outubro de 1995,

à Secretaria da Comissão de Direitos Humanos e à Assistência Judiciária da Secretaria do Estado do Rio de Janeiro da Ordem dos Advogados do Brasil, ter visto Bacuri nas instalações do DOI-CODI/RJ e que dado, seu “estado precário físico motor”, era impossível a versão da fuga.

Nas duas primeiras semanas de sua prisão nas dependências do DOI-CODI, ao pedir a um agente da repressão para que acendesse seu cigarro, verificou por uma fresta da porta que Eduardo Leite, codinome “Bacuri”, estava sendo levado por agentes da repressão tendo marcas de torturas em sua face e braços e, com dificuldade de caminhar, sendo auxiliado pelos agentes da repressão [...]¹

Em depoimento à Comissão Nacional da Verdade, em 28 de maio de 2013, a ex-militante da ALN Dulce Pandolfi também relatou sobre o estado físico de Bacuri em uma de suas passagens pelo DOI-CODI/RJ:

No térreo tinha a sala de tortura com as paredes pintadas de roxo e devidamente equipada. Tinha outras salas de interrogatório com material de escritório, essas às vezes usadas também para torturar, e algumas celas mínimas, chamadas de solitárias, imundas, onde não havia nem colchão. Aliás, vários aqui presentes passaram por essas celas e essa sala. Nos intervalos das sessões de tortura os presos eram jogados ali. No segundo andar do prédio havia algumas celas pequenas e duas bem maiores, essas com banheiro e diversas camas beliches. Foi numa dessas celas que passei a maior parte do tempo. [...]

Uma noite, que não sei precisar quando, desci para a sala roxa para ser acaçada com o militante, também da ALN, Eduardo Leite [pausa em virtude de choro] conhecido como Bacuri. Lembro até hoje dos seus olhos, da sua respiração ofegante e do seu caminhar muito lento, quase arrastado, como se tivesse perdido o controle das pernas. Num tom sarcástico o torturador di-

zia para nós dois na presença de outros torturadores: “viram o que fizeram com o rapaz? Essa turma do Cenimar é totalmente incompetente. Deixaram o rapaz nesse estado, não arrancaram nada dele e ainda prejudicaram nosso trabalho”. No dia oito de dezembro daquele ano, mataram Bacuri².

Bacuri foi torturado por 109 dias consecutivos e passou por diferentes instalações dos órgãos de repressão. Depois do DOI-CODI do I Exército, Eduardo foi transferido para o 41º Distrito Policial (DP) de São Paulo, cujo delegado titular era o Fleury. Do 41º DP foi novamente transferido para o Cenimar/RJ, onde foi torturado até setembro, quando retornou para São Paulo. Dessa vez foi levado para o DOI-CODI do II Exército e em outubro foi passado ao Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS/SP, onde ficou isolado na cela 4 do chamado *fundão*. Foi nesse período que os órgãos da repressão começaram os preparativos para camuflar a execução de Eduardo, que teria ocorrido em uma suposta fuga durante ação policial para prender Joaquim Câmara Ferreira. Eduardo teria sido levado para identificar Joaquim Câmara e, durante um tiroteio, teria escapado.

Há, entretanto, diversos depoimentos de ex-presos políticos que atestam que, após a notícia de sua fuga, Bacuri, na verdade, continuava preso e sob tortura. No documento que reúne denúncias dos presos do Presídio da Justiça Militar Federal, em São Paulo, entregue ao Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil em 23 de outubro de 1975, registra-se que:

[...] no DEOPS seus torturadores planejavam matá-lo [...] quando se divulgava sua ‘fuga’, Eduardo sequer havia saído de sua cela. Seus torturadores chegaram a ‘olear’ as portas enferrujadas das celas para que pudessem retirá-lo em silêncio.³

Nesse documento, que ficou conhecido como “Bagulhão”, foi registrado que Bacuri foi retirado de sua cela no dia 27 de

outubro de 1970, diante de protestos por parte dos prisioneiros. Segundo relatos, ele estava impossibilitado de andar em virtude dos ferimentos da tortura. A partir de então, Eduardo não foi mais visto por nenhum preso político, permanecendo sob custódia de seus torturadores até 8 de dezembro de 1970, quando foi divulgado que teria morrido durante um tiroteio na cidade de São Sebastião, no litoral paulista.

Segundo o jornalista Elio Gaspari, no livro *A ditadura escancarada*, Bacuri teria sido assassinado no Forte dos Andradas, na cidade de Guarujá (SP). De acordo com o autor, Eduardo estaria preso em um banheiro no momento em um major teria entrado e pedido ao soldado que vigiava o local, Rinaldo Campos de Carvalho, que saísse. Nessa situação executou Bacuri. Segundo relato do próprio soldado, ao sair do cômodo ele teria escutado um barulho forte que se assemelhava tanto ao som provocado por um tiro como o de uma cabeça batendo na parede.

Em entrevista à revista *Veja* de 18 de novembro de 1992, o ex-agente Marival Chaves também afirmou que foi forjada a versão da morte de Eduardo Collen Leite em tiroteio, um “teatrinho” para esconder as gravíssimas e continuadas violências que sofreu. A execução de Bacuri teria ocorrido também a fim de evitar que ele fosse incluído na lista de prisioneiros a serem trocados pelo Embaixador da Suíça no Brasil, Giovanni Enrico Bucher, sequestrado em ação conjunta pela VPR e o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) no dia anterior, 7 de dezembro. A troca de Bacuri poderia gerar constrangimento, já que, além de ter sido oficialmente declarado foragido, apresentava marcas evidentes de tortura.

Em documento enviado em 22 de setembro de 1970 pelo coronel Erar de Campos Vasconcelos, chefe da 2ª Seção do II Exército em São Paulo, ao chefe da Operação Bandeirantes (Oban), já se previa a possibilidade de ser realizado um sequestro visando o pedido de libertação de Eduardo Collen Leite. De acordo com o documento, a medida sugerida pelo coronel, a fim de evitar danos ao regime diante de um possível res-

gate, foi a de “tomadas as devidas providências, no sentido de evitar possíveis explorações sobre seu estado físico”⁴. Essa declaração comprova não só que Eduardo Leite foi torturado, mas evidencia também o contexto em que ocorreu sua execução.

Apesar dos relatos que comprovam as marcas visíveis de tortura em Bacuri, o laudo do exame necroscópico, solicitado pelo delegado José Aray Dias de Melo, atestou não haver indícios de tortura no corpo. O documento foi assinado pelos médicos-legistas Aloysio Fernandes e Décio Brandão Camargo.

As torturas sofridas por Bacuri foram denunciadas também perante a 2ª auditoria da Justiça Militar de São Paulo, mas nunca foram levadas adiante pelo juiz Nelson da Silva Machado Guimarães. Questionado sobre a omissão em relação às torturas de Bacuri, o juiz Nelson Guimarães respondeu, em depoimento prestado à Comissão Nacional da Verdade (CNV) em 31 de julho de 2014:

[...] havia uma guerra. Havia mentiras também. Tempo de guerra, mentira como terra, um velho provérbio, aliás, português. [...] nem tudo que o interrogando diz em juízo, o juiz ou o Ministério Público pode sair dizendo: “Ah, ele disse isso. Vamos apurar”. Não há apuração que chegue. E não eram as circunstâncias do momento⁵.

Quando o corpo de Bacuri foi entregue à família, as denúncias de tortura e execução se confirmaram. Segundo o testemunho de sua esposa, Denise Crispim, Eduardo tinha hematomas, escoriações, marcas de queimadura, dentes arrancados, orelhas decepadas e os olhos vazados.

LOCAL DE MORTE

Forte dos Andradas, Guarujá (SP).

IDENTIFICAÇÃO DE AUTORIA

1. CADEIA DE COMANDO DO(S) ÓRGÃO(S) ENVOLVIDO(S) NA MORTE

1.1. DOI-CODI DO I EXÉRCITO DO RIO DE JANEIRO

Presidente da República: general de Exército Emílio Garrastazu Médici

Ministro do Exército: general de Exército Orlando Beckmann Geisel

Chefe do CIE: general de Brigada Milton Tavares de Souza

Comandante do I Exército: general de Exército Syseno Sarmento

Chefe do Estado Maior do I Exército: general de Brigada Carlos Alberto Cabral Ribeiro

Chefe do DOI-CODI do I Exército: general José Antônio Nogueira Belham

1.2. DOI-CODI DO II EXÉRCITO DE SÃO PAULO

Presidente da República: general de Exército Emílio Garrastazu Médici

Ministro do Exército: general de Exército Orlando Beckmann Geisel

Chefe do CIE: general de Brigada Milton Tavares de Souza

Comandante do II Exército: N/I

Chefe do Estado Maior do II Exército: general de Brigada Ernani Ayrosa da Silva

Chefe do DOI-CODI do II Exército: major Carlos Alberto Brilhante Ustra

1.3. DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL DE SÃO PAULO (DOPS/SP)

Governador do Estado de São Paulo: Roberto Costa de Abreu Sodré

Secretário Estadual de Segurança Pública: Danilo Darcy de Sá da Cunha e Mello

Diretor-geral do DOPS: N/I

Delegado do DOPS/SP: Sérgio Fernando Paranhos Fleury

1.4. CASA DE SÃO CONRADO

Presidente da República: general de Exército Emílio Garrastazu Médici

Ministro da Marinha: almirante de Esquadra Adalberto de Barros Nunes

Chefe do Cenimar: capitão de fragata Fernando Pessoa da Rocha Paranhos

Casa de São Conrado: capitão de fragata Armando Amorim do Valle

2. AUTORIA DE GRAVES VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS

NOME	ÓRGÃO	FUNÇÃO	CONDUTA PRATICADA PELO AGENTE	LOCAL DA GRAVE VIOLAÇÃO	FONTE DOCUMENTAL/ TESTEMUNHAL SOBRE A AUTORIA
Sérgio Fernando Paranhos Fleury.	DOPS/SP.	Delegado.	Prisão, torturas e execução.	DOPS/SP.	Bagulhão: a voz dos presos políticos.
Erar de Campos Vasconcelos.	Exército.	Coronel – Chefe da 2ª Seção do II Exército.	Ocultação de prisão e versão falsa de fuga.	DOPS/SP.	Correspondência entre o chefe da Central de Informações do II Exército ao DOI-CODI/SP, 22/9/1970.
Tenente Antônio Chiari da Polícia Militar/SP.	DOPS/SP.	Comandante da tropa de choque da Polícia Militar paulista.	Ocultação de prisão, versão falsa de fuga.	DOPS/SP.	Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0_0_0031_0001, p. 134.
José Aray Dias de Melo.		Delegado de Polícia Civil.	Responsável pelo inquérito policial fraudulento de apuração da morte.	DOPS/SP.	Exame necroscópico, 8/12/1970.

NOME	ÓRGÃO	FUNÇÃO	CONDUTA PRATICADA PELO AGENTE	LOCAL DA GRAVE VIOLAÇÃO	FONTE DOCUMENTAL/TESTEMUNHAL SOBRE A AUTORIA
Aloysio Fernandes.	Instituto Médico Legal (IML).	Médico-legista.	Emissão de laudo necroscópico fraudulento.	DOPS/SP.	Exame necroscópico, 8/12/1970.
Décio Brandão Camargo.	IML.	Médico-legista.	Emissão de laudo necroscópico fraudulento.	DOPS/SP.	Exame necroscópico, 8/12/1970.
Astorige Corrêa de Paula e Silva (“Correinha”).	DOPS/SP.	Investigador.	Torturas.	DOPS/SP.	Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0_0_0031_0001, p. 136.
Ademar Augusto de Oliveira, (“Fininho”).	DOPS/SP.	Investigador.	Torturas.	DOPS/SP.	Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0_0_0031_0001, p. 136.
José Carlos Filho, vulgo (“Campão”).	DOPS/SP.	Investigador.	Torturas.	DOPS/SP.	Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0_0_0031_0001, p. 136.
João Carlos Tralli (“Trailer”).	DOPS/SP.	Investigador.	Torturas.	DOPS/SP.	Declaração de Ottoni Guimarães Fernandes Júnior à Justiça Militar, 20/5/1974.

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. DOCUMENTOS QUE ELUCIDAM CIRCUNSTÂNCIAS DA MORTE

IDENTIFICAÇÃO DA FONTE DOCUMENTAL	TÍTULO E DATA DO DOCUMENTO	ÓRGÃO PRODUTOR DO DOCUMENTO	INFORMAÇÕES RELEVANTES
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0_0_0031_000, p. 46.	Laudo de exame de corpo de delito, 8/12/1970.	IML.	O laudo nega que Eduardo tenha sofrido tortura e registra a participação do delegado José Aray Dias de Melo e de dois médicos-legistas que assinaram o documento, ocultando as reais causas da morte.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0_0_0031_0001, p. 68.	Petição dirigida ao juiz auditor da 2ª auditoria da 2ª CJM, 13/6/1971.	2ª Auditoria da 2ª Circunscrição Judiciária Militar de São Paulo – SP.	Denúncia sobre as torturas praticadas no DOPS/SP.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0_0_0031_0001, p. 87.	Termo de declaração de Cecília Maria Bouças Coimbra, 2/10/1995.	Comissão de Direitos Humanos e Assistência Judiciária da Seção do Estado do Rio de Janeiro da Ordem dos Advogados do Brasil.	Declara que durante a sua prisão, em setembro de 1970, viu Eduardo Leite preso nas instalações do DOI-CODI do Rio de Janeiro, onde se encontrava com várias marcas de tortura e com dificuldades para se locomover em virtude da violência sofrida. Afirma ser impossível que tenha tentado fugir naquelas condições físicas, o contrário do que é sustentado pelos órgãos da repressão.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0_0_0031_0001, p. 89.	Mensagem do DOPS/SP sobre a morte de Eduardo Leite, 24/10/1970.	IV Exército.	Mensagem emitida pelo DOPS/SP ao IV Exército divulgando a versão forjada da fuga em tiroteio no dia 23 de outubro de 1970.

Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0_0_0031_0001, p. 91.	Declaração de Ottoni Guimarães Fernandes Júnior à Justiça Militar, 20/5/1974.	Primeira Circunscrição Judiciária Militar (1ª auditoria da Aeronáutica).	Relata e denuncia as torturas sofridas por Eduardo Leite nas instalações do centro clandestino em São Conrado, RJ. Afirma já ter sido declarado que Bacuri iria morrer. Também reafirma a dificuldade que Eduardo apresentava para se locomover sozinho em virtude das torturas, questionando a versão da fuga sustentada pelos agentes da repressão.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0_0_0031_0001, p. 96.	Declaração de Vinícius José Caldeira Brant à Justiça Militar, 5/4/1971.	1ª auditoria da 2ª Circunscrição Judiciária Militar de São Paulo – SP.	Relata e denuncia as torturas sofridas por Eduardo Leite no DOPS/SP, durante a ocasião em que ficaram em solitárias vizinhas, assim como registra a transferência de Eduardo no dia 27 de outubro de 1970, isto é, dias depois de ser noticiada a sua falsa fuga.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0_0_0031_0001, p. 100.	Declaração complementar de Vinícius José Caldeira Brant à Justiça Militar, 13/6/1971.	1ª auditoria da 2ª Circunscrição Judiciária Militar de São Paulo – SP.	Relata e denuncia as torturas sofridas por Eduardo Leite no DOPS/SP e também descreve que Bacuri se encontrava semiparalisado nas pernas devido ao tempo em que ficou no pau de arara.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0_0_0031_0001, p. 126.	Entrevista com Marival Chaves, 18/11/1992.	Revista <i>Veja</i> .	Afirma que Eduardo Leite foi preso pela equipe do delegado Sérgio Fernando Paranhos Fleury, que foi levado à Casa da Morte em São Conrado e que foi transferido para São Paulo. Revela o “teatrinho” para simular a morte em tiroteio.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0_0_0031_0001, p. 80.	Resumos de declarações prestadas em interrogatório por Eduardo Leite, 12/10/1970 e 13/10/1970.	DOPS/SP.	Registro da sua prisão no DOPS de São Paulo.
Arquivo Nacional, DSI/MJ: BR_AN_RIO_TT_0_MCP_PRO_0852, p. 139.	Denúncias feitas pelos presos do Presídio da Justiça Militar Federal, em São Paulo, que foram entregues ao Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, 23/10/1975.	Presos do Presídio da Justiça Militar Federal.	Registro das torturas sofridas por Eduardo. Também registra a presença de Bacuri no presídio no período posterior ao da divulgação, da informação falsa, de sua fuga.
Arquivo Público de São Paulo: “Bacuri DOI-CODI SP DEOPS50Z.009018095”.	Correspondência entre o chefe da Central de Informações do II Exército ao DOI-CODI/SP, 22/9/1970.	Quartel-general do II Exército.	Erar de Campos Vasconcelos recomenda à Oban que sejam tomadas providências para que Eduardo Leite não seja trocado em um eventual sequestro de embaixador que pudesse vir a acontecer.
Arquivo CNV, 00092.001698/2014-11.	Depoimento do juiz Nelson da Silva Machado Guimarães, à CNV, 31/7/2014.	CNV.	Depoimento do juiz Nelson da Silva Machado Guimarães.

2. TESTEMUNHOS À CNV E ÀS COMISSÕES ESTADUAIS, MUNICIPAIS E SETORIAIS

IDENTIFICAÇÃO DA TESTEMUNHA	FONTE	INFORMAÇÕES RELEVANTES
Dulce Pandolfi (presa junto com a vítima).	Arquivo CNV, testemunho prestado perante a Comissão Nacional da Verdade em audiência pública. Rio de Janeiro, 28 de maio de 2013: 00092.001463/2013-30.	Relata as torturas sofridas pela vítima.

3. DEPOIMENTOS DE MILITARES E SERVIDORES PÚBLICOS À CNV E ÀS COMISSÕES ESTADUAIS, MUNICIPAIS E SETORIAIS

IDENTIFICAÇÃO DO DEPOENTE	FONTE	INFORMAÇÕES RELEVANTES
Juiz Nelson da Silva Machado Guimarães, ex-juiz da 2ª auditoria da 2ª Região Militar.	Arquivo CNV, depoimento prestado à Comissão da Nacional Verdade no dia 31 de julho de 2014. Rio de Janeiro, 2014. Disponível no acervo da CNV: 00092.001698/2014-11.	Fala sobre denúncias de casos de tortura para as quais não abriu investigação, dentre elas as relativas a Bacuri.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que Eduardo Collen Leite foi executado por agentes do Estado, depois de sofrer torturas nas dependências de órgãos oficiais e clandestinos da repressão, em um contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela ditadura militar implantada no país a partir de abril de 1964.

Recomenda-se a retificação da certidão de óbito de Eduardo Collen Leite, assim como a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso, para a identificação e responsabilização dos demais agentes envolvidos.

1 – Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0_0_0031_0001, p. 87.

2 – Arquivo CNV: 00092.001463/2013-30.

3 – Arquivo Nacional, DSI/MJ: BR_AN_RIO_TT_0_MCP_PRO_0852, p. 139.

4 – Arquivo Público de São Paulo: “Bacuri DOI-CODI SP DEOPS50Z009018095”.

5 – Arquivo CNV, 00092.001698/2014-11.